

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO**

**AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL**

**CELEBRADO ENTRE**

**PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS**

**E**

**COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS - CIGÁS**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE  
FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL  
CELEBRADO ENTRE PETRÓLEO BRASILEIRO  
S.A. - PETROBRAS E COMPANHIA DE GÁS DO  
AMAZONAS - CIGÁS, NA FORMA ABAIXO.**

**PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS**, sociedade de economia mista, com sede na Avenida República do Chile, nº 65, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº 33.000.167/0001-01, doravante denominada “PETROBRAS” OU “VENDEDORA”, representada na forma do seu estatuto social; e

**COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS - CIGÁS**, sociedade de economia mista, com sede na Avenida Torquato Tapajós, nº 6100, Flores, Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº 00.624.964/0001-00, doravante denominada “CIGÁS” ou “COMPRADORA”, neste ato representada na forma de seu estatuto social.

Individualmente referidas como “PARTE” e conjuntamente como “PARTES”.

**CONSIDERANDO QUE:**

- (i) conforme disposto no parágrafo 2º do Artigo 25, da Constituição Federal – com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional Nº 5, de 15 de agosto de 1995 – cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado;
- (ii) conforme contrato de concessão celebrado entre a CIGÁS e o Governo do Estado do Amazonas em 18 de novembro de 2002, bem como o texto consolidado da Lei Estadual 2.325, de 08 de maio de 1995, e suas alterações, publicada no Diário Oficial do Estado do Amazonas de 03 de novembro de 2004, a CIGÁS é a concessionária exclusiva dos serviços públicos de distribuição de gás no Estado do Amazonas;
- (iii) CIGÁS e PETROBRAS celebraram em 01 de junho de 2006 um contrato de fornecimento de gás natural, cujo objeto é a venda, por parte da PETROBRAS, e a compra, por parte da CIGÁS, de GÁS, para distribuição no Estado do Amazonas, a todos os segmentos do mercado, excluído o de geração termelétrica (“CONTRATO”);
- (iv) o INÍCIO DE FORNECIMENTO do CONTRATO ocorreu em 01/12/2010;
- (v) as PARTES decidiram de comum acordo ajustar determinadas disposições do CONTRATO;
- (vi) na mesma data de celebração do ADITIVO 1 as PARTES celebram o Termo de Encerramento de Pendências estabelecendo acordo para a aplicação de novos valores de PARCELA DA COMMODITY no CONTRATO para o período entre 01/12/2023 e 30/06/2024, bem como as ações a serem realizadas por cada PARTE para a operacionalização deste ajuste;

(vii) a VENDEDORA utilizará, até 30/11/2030, capacidade de transporte contratada com o TRANSPORTADOR para entregar o GÁS à COMPRADORA, acordando as PARTES que, a partir de 01/12/2030, os serviços de entrada e saída do SISTEMA DE TRANSPORTE serão contratados pela COMPRADORA junto ao TRANSPORTADOR, em condições objeto de regulação pela ANP;

têm as PARTES, entre si, justa e acordada a celebração deste Primeiro Termo Aditivo ao CONTRATO (“ADITIVO 1”), que será regido pelos termos e condições seguintes:

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente ADITIVO 1 tem por objeto alterar as seguintes cláusulas do CONTRATO:

- (i) CLÁUSULA PRIMEIRA - DEFINIÇÕES;
- (ii) CLÁUSULA TERCEIRA - QUANTIDADE;
- (iii) CLÁUSULA QUARTA - QUALIDADE;
- (iv) CLÁUSULA QUINTA - PREÇO
- (v) CLÁUSULA SEXTA - FATURAMENTO, FORMA E GARANTIAS DE PAGAMENTOS;
- (vi) CLÁUSULA SÉTIMA - MEDIÇÃO.
- (vii) CLÁUSULA OITAVA - FORMA DE ENTREGA E TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE;
- (viii) CLÁUSULA NONA - PRAZO;
- (ix) CLÁUSULA DEZ - GARANTIA DE FORNECIMENTO E DE RECEBIMENTO;
- (x) CLÁUSULA ONZE - PROGRAMAÇÃO DE RETIRADAS, FORNECIMENTOS, COMPROMISSOS E PENALIDADES POR INADIMPLEMENTO;
- (xi) CLÁUSULA QUATORZE – RESCISÃO;
- (xii) CLÁUSULA DEZESSEIS - DOMICÍLIO LEGAL E NOTIFICAÇÃO;

1.1.1 O presente ADITIVO 1 tem por objeto inserir a CLÁUSULA VINTE E UM - TRIBUTAÇÃO no CONTRATO;

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES AO CONTRATO**

2.1. As PARTES decidem alterar a redação da CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES do CONTRATO, inserindo os seguintes itens:

**“ACORDO DE REGRAS OPERACIONAIS:** Acordo a ser celebrado entre as PARTES para

detalhamento de questões operacionais relativas à medição do GÁS, conforme previsto no item 7.3 do CONTRATO.

**AFILIADA:** significa, com relação a qualquer PARTE, qualquer pessoa física ou jurídica, residente ou com sede no Brasil ou no exterior que (i) seja, direta ou indiretamente, controlada por esta PARTE; (ii) controle, direta ou indiretamente, tal PARTE; (iii) seja, direta ou indiretamente, controlada por qualquer pessoa que controle, direta ou indiretamente, tal PARTE. Conforme utilizado nesta definição, “controle” significa a titularidade de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; bem como a utilização efetiva de seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia.

**ARREDONDAMENTO, ARREDONDADO ou ARREDONDAR:** significa o critério de arredondamento abaixo descrito:

- (a) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 0 a 4, o algarismo a ser arredondado manterá seu valor;
- (b) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 5 a 9, o algarismo a ser arredondado terá uma unidade somada ao seu valor.

**CONDIÇÕES BASE:** significam as condições de temperatura de 20° C (vinte graus Celsius) e a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals).

**CONSUMIDOR LIVRE:** significa o consumidor de gás natural que, nos termos da legislação estadual aplicável, tem a opção de adquirir o gás de qualquer agente que realiza a atividade de comercialização de gás natural.

**ESTAÇÃO DE MEDIÇÃO DA DISTRIBUIDORA (EMD):** significa o conjunto de instalações de propriedade da CIGÁS, localizadas a jusante do(s) PONTO(S) DE ENTREGA, destinadas a adequar as condições de recebimento do GÁS pela COMPRADORA, tais como regulagem de pressão, medição e registro das pressões e temperaturas do GÁS e utilizadas na apuração da QUANTIDADE MEDIDA (QM), conforme previsto na CLÁUSULA SÉTIMA – MEDIÇÃO.

**PREÇOS DO GÁS DE ULTRAPASSAGEM (PGU):** significam os preços do GÁS, em R\$/MMBtu, calculados e atualizados conforme item 0 e seus subitens.

**QUANTIDADE DE GÁS NATURAL APURADA NO SISTEMA DE MEDIÇÃO:** significam os volumes físicos de gás natural, expressos em METROS CÚBICOS nas CONDIÇÕES BASE, efetivamente medidos no SISTEMA DE MEDIÇÃO, apurados pelo TRANSPORTADOR ou pela VENDEDORA, conforme aplicável, englobando tanto as QUANTIDADES DE GÁS fornecidas à COMPRADORA à luz deste CONTRATO, como as quantidades de gás natural fornecidas pela VENDEDORA a seus outros clientes, ou consumidos pelo próprio TRANSPORTADOR (gás de uso do SISTEMA DE TRANSPORTE).

**SISTEMA DE MEDIÇÃO:** significa o conjunto dos elementos primários e secundários de medição de vazão, temperatura e pressão e, caso existam, analisadores, conversores, transmissores, computadores de vazão, integradores e registradores, que possibilitam a medição do gás natural fornecido na EMRP.

**SISTEMA DE TRANSPORTE:** significa o sistema formado por gasodutos de transporte interconectados e por outras instalações necessárias à manutenção de sua estabilidade, confiabilidade e segurança, nos termos da regulação da ANP, utilizados para a entrega do GÁS objeto deste CONTRATO.

**USUÁRIO FINAL:** significam os clientes da COMPRADORA, consumidores do GÁS adquirido da VENDEDORA através deste CONTRATO.”

2.2. As PARTES decidem alterar a definição de QUANTIDADE MEDIDA na CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES do CONTRATO, que passa a valer com a redação abaixo:

“**QUANTIDADE MEDIDA (QM):** significa a quantidade de GÁS, expressa em METROS CÚBICOS nas CONDIÇÕES-BASE, entregue a cada DIA pela VENDEDORA à COMPRADORA ou a terceiro por ela contratado, no PONTO DE ENTREGA, conforme apuração realizada nos termos da CLÁUSULA SÉTIMA – MEDIÇÃO.”

2.3. As PARTES decidem alterar a redação da CLÁUSULA TERCEIRA - QUANTIDADE do CONTRATO, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### “CLÁUSULA TERCEIRA – QUANTIDADE

3.1 A partir do INÍCIO DE FORNECIMENTO, a QUANTIDADE DE GÁS máxima que a PETROBRAS se compromete a disponibilizar para a CIGÁS a cada DIA no PONTO DE ENTREGA e que a CIGÁS poderá solicitar a cada DIA da PETROBRAS é 500.000 m<sup>3</sup> (quinhentos mil metros cúbicos) por DIA (“QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL”).

3.2 – A partir de 01/09/2024, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) será definida pelo seguinte quadro:

Período	QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (m³/DIA)
01/09/2024 a 31/12/2024	225.639
01/01/2025 a 31/12/2025	239.480
01/01/2026 a 31/12/2026	247.466
01/01/2027 a 31/12/2027	255.678
01/01/2028 a 31/12/2028	258.235
01/01/2029 a 31/12/2029	260.817
01/01/2030 a 31/12/2030	263.426
01/01/2031 a 31/12/2031	266.060
01/01/2032 a 31/12/2032	268.720
01/01/2033 a 31/12/2033	271.408
01/01/2034 a 31/12/2034	274.122
01/01/2035 a 31/12/2035	276.863
01/01/2036 a 31/12/2036	279.632

01/01/2037 a 31/12/2037	282.428
01/01/2038 a 31/12/2038	285.252
01/01/2039 a 31/12/2039	288.105
01/01/2040 a 31/12/2040	290.986
01/01/2041 a 31/12/2041	290.986
01/01/2042 a 31/12/2042	290.986
01/01/2043 a 31/12/2043	290.986
01/01/2044 a 31/12/2044	290.986
01/01/2045 a 31/12/2045	290.986

3.2.1 A qualquer momento, desde que haja interesse de ambas as PARTES, poderá ser acordada uma nova QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) mediante aditivo contratual.

3.3 Caso um ou mais USUÁRIO(S) FINAL(IS) opte(m) pela migração para a condição de CONSUMIDOR LIVRE, observada a legislação estadual para o enquadramento e condições para sua atuação e passe(m) a ser suprido(s) diretamente pela VENDEDORA ou por empresa AFILIADA da VENDEDORA, deixando assim de consumir o GÁS regularmente fornecido pela COMPRADORA por meio do presente CONTRATO, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL poderá ser reduzida pela QUANTIDADE DE GÁS que o(s) USUÁRIO(S) FINAL(IS) que se enquadrou regularmente na condição de CONSUMIDOR LIVRE tenha(m) deixado de consumir da COMPRADORA, mediante a solicitação da COMPRADORA à VENDEDORA, na qual será informada a QUANTIDADE DE GÁS a ser reduzida da QDC deste CONTRATO, limitada à QUANTIDADE DE GÁS que o USUÁRIO FINAL que migrou para o mercado livre tenha deixado de contratar da COMPRADORA, mediante a solicitação da COMPRADORA à VENDEDORA e a celebração de aditivo contratual.

3.3.1 As PARTES se comprometem a celebrar aditivo(s) contratual(is) para registrar a(s) redução(ões) da QDC, nos termos deste item, no prazo de 120 (cento e vinte) DIAS a contar do recebimento pela VENDEDORA do AVISO da COMPRADORA.

3.3.2 Caso a COMPRADORA não envie AVISO à VENDEDORA, solicitando a redução da QDC, permanecerão válidas (i) as QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATUAIS vigentes neste CONTRATO.

3.4 Caso um ou mais USUÁRIO(S) FINAL(IS) opte(m) pela migração para a condição de CONSUMIDOR LIVRE, observada a legislação estadual para o enquadramento e condições para sua atuação, e passar(em) a ser suprido(s) diretamente por supridor que não possua contrato de compra e venda de gás natural celebrado com a COMPRADORA, deixando assim de adquirir o GÁS regularmente fornecido pela COMPRADORA, a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL deste CONTRATO poderá ser reduzida no máximo até a proporção da QDC deste CONTRATO em relação a todos os demais contratos de compra e venda de gás natural que a COMPRADORA detiver com outros produtores, importadores, supridores, carregadores ou comercializadores de gás natural no momento da referida redução, mediante solicitação e comprovação da COMPRADORA à VENDEDORA da migração do USUÁRIO FINAL para a condição de CONSUMIDOR LIVRE e a

celebração de aditivo(s) contratual(is), observados os subitens abaixo.

3.4.1 Não poderão ocorrer reduções nas QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATUAIS nos casos em que os USUÁRIOS FINAIS que se enquadraram regularmente na condição de CONSUMIDOR LIVRE venham a ser abastecidos por outros produtores, importadores, supridores ou comercializadores de gás natural (i) que possuam relação de controle ou coligação com a COMPRADORA ou (ii) com os quais a COMPRADORA ou empresa AFILIADA da COMPRADORA já possua contrato de compra e venda de gás natural celebrado.

3.4.2 As reduções nas QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATUAIS de que trata o item 3.4 deverão ser requisitadas por meio de AVISO da COMPRADORA à VENDEDORA, contendo a comprovação de registro na Agência Reguladora Estadual do(s) USUÁRIO(S) FINAL(IS) na condição de CONSUMIDOR LIVRE, mediante envio de cópia das comunicações recebidas desse(s) USUÁRIO(S) FINAL(IS), com as informações referentes ao registro.

3.4.3 As PARTES se comprometem a celebrar aditivos contratuais para formalizar as reduções da QDC no prazo de 120 (cento e vinte) DIAS a contar do AVISO da COMPRADORA à VENDEDORA acerca do registro do USUÁRIO FINAL na condição de CONSUMIDOR LIVRE.

3.4.4 Caso a COMPRADORA não envie AVISO à VENDEDORA, permanecem válidas (i) as QUANTIDADES DIÁRIAS CONTRATUAIS vigentes neste CONTRATO.”

2.4. As PARTES decidem alterar a redação da CLÁUSULA QUARTA – QUALIDADE DO GÁS, que passa a vigorar como segue:

“4.1 O GÁS a ser entregue pela VENDEDORA à COMPRADORA, nos PONTOS DE ENTREGA, deverá atender aos requisitos estabelecidos na Resolução ANP N° 16 de 17/06/2008 e em suas revisões ou outra que venha a substituí-la em razão de disposição normativa superveniente ou qualquer outra deliberação ou autorização por parte da própria ANP.

4.2 Sempre que a VENDEDORA tiver ciência da possibilidade de o GÁS vir a ser fornecido no(s) PONTO(S) DE ENTREGA em desconformidade, parcial ou total, com as especificações estipuladas no item 4.1, as seguintes regras serão aplicadas:

(a) a VENDEDORA deverá enviar AVISO à COMPRADORA, imediatamente após identificada a possível não conformidade do GÁS em relação a qualquer das especificações mencionadas nesta cláusula, informando e indicando quais seriam os prováveis: i) itens desconformes; ii) desvios de qualidade; iii) período em que o GÁS estará desconforme; e iv) PONTOS DE ENTREGA afetados;

(b) após o recebimento do AVISO de que trata o item 4.2(a), a COMPRADORA deverá enviar AVISO à VENDEDORA, tão prontamente quanto possível, se aceita ou não receber o GÁS FORA DE ESPECIFICAÇÃO. Caso a COMPRADORA se manifeste pelo não recebimento do GÁS FORA DE ESPECIFICAÇÃO ou, ainda, não se manifeste no prazo máximo de 3 (três) horas contadas do horário de recebimento do AVISO mencionado, o que será considerado como opção da COMPRADORA de não receber o GÁS FORA DE ESPECIFICAÇÃO, a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA será reduzida a zero durante o período em que perdurar a desconformidade, sendo responsabilidade da COMPRADORA

a interrupção da retirada de GÁS nos PONTOS DE ENTREGA;

(c) caso a COMPRADORA decida não receber o GÁS FORA DE ESPECIFICAÇÃO ou não se manifeste no prazo estabelecido no item 4.2(b) e, de fato, não retire o referido GÁS, estará caracterizada a FALHA NO FORNECIMENTO, tomando-se por base a QUANTIDADE FALTANTE e o período em que perdurar a desconformidade do GÁS, ficando a VENDEDORA sujeita, única e exclusivamente, à penalidade prevista no item 11.10;

(d) caso a COMPRADORA tenha informado que rejeitaria o GÁS FORA DE ESPECIFICAÇÃO ou não tenha se manifestado no prazo estabelecido no item 4.2(b), mas, a despeito disto, o GÁS tenha sido retirado no PONTO DE ENTREGA, a COMPRADORA fará jus ao desconto no PREÇO DO GÁS indicado no item 4.2(c) durante o período em que perdurar a desconformidade e estará descaracterizada a FALHA NO FORNECIMENTO para a QUANTIDADE DE GÁS efetivamente retirada, ficando a VENDEDORA isenta de quaisquer penalidades pela desconformidade informada e de quaisquer responsabilidades por perdas e danos causados aos equipamentos e instalações da COMPRADORA e/ou de terceiros, bem como de quaisquer responsabilidades decorrentes do uso do GÁS FORA DE ESPECIFICAÇÃO. A COMPRADORA permanecerá obrigada a pagar pelas QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS (QDR) e pelas penalidades previstas no item 11.6 e 11.7, caso aplicáveis.

4.3 Caso a VENDEDORA entregue GÁS fora de especificação, sem envio do AVISO prevista no item 4.2(a), ficará a VENDEDORA sujeita à penalidade prevista no item 11.10, sobre toda a QUANTIDADE DE GÁS em desconformidade, exceto nos casos da desconformidade do GÁS tratar-se da presença de partículas líquidas ou sólidas, quando deverá ser observado o disposto no item 4.5.

4.4 A QUANTIDADE DE GÁS desconforme, para fins dos itens 4.2(c) e 4.3, será aquela que tenha sido retirada pela COMPRADORA entre a primeira análise em que se identificou a desconformidade até a primeira análise em que se identificou a volta à conformidade.

4.5 Até 30/11/2030, caso em determinado DIA, a desconformidade consista na presença de partículas sólidas ou líquidas na ESTAÇÃO DE MEDIÇÃO DA DISTRIBUIDORA (EMD) oriundas do PONTO DE ENTREGA, a VENDEDORA será responsável apenas pelos eventuais danos diretos, excluindo-se os danos indiretos e lucros cessantes, que comprovadamente tenham sido causados pelo GÁS FORA DE ESPECIFICAÇÃO à ESTAÇÃO DE MEDIÇÃO DA DISTRIBUIDORA (EMD) oriundo do respectivo PONTO DE ENTREGA.

4.5.1 A partir de 01/12/2030, caso em determinado DIA, a desconformidade consista na presença de partículas sólidas ou líquidas na ESTAÇÃO DE MEDIÇÃO E REGULAGEM DE PRESSÃO (EMRP), oriundas do PONTO DE ENTREGA, a VENDEDORA será responsável apenas pelos eventuais danos diretos, excluindo-se os danos indiretos e lucros cessantes, que comprovadamente tenham sido causados pelo GÁS FORA DE ESPECIFICAÇÃO à ESTAÇÃO DE MEDIÇÃO E REGULAGEM DE PRESSÃO (EMRP) em decorrência de desconformidade do GÁS no PONTO DE ENTREGA (PE Urucu).

4.5.2 As PARTES acordam que apenas até 30/11/2030, se em virtude da presença de partículas líquidas na EMD da CIGÁS oriundas do PONTO DE ENTREGA houver quantidade retirada de líquidos, calculada conforme fórmula do item 4.5.3 abaixo, igual ou superior a 7,5 (sete vírgula cinco) e a CIGÁS decida não receber o GÁS e, de fato, não retire o referido GÁS, a CIGÁS estará desobrigada dos compromissos previstos nos itens 10.2(iv), 11.6 e 11.7, tomando-se por base a subtração entre a QDP e a QDR durante o período em que comprovadamente perdurar esta situação, ficando a PETROBRAS sujeita, única e exclusivamente, ao pagamento previsto no item 4.5.1, estando descaracterizada a FALHA NO FORNECIMENTO para a QUANTIDADE DE GÁS.

4.5.3 Para a caracterização da ocorrência de partículas líquidas no PONTO DE ENTREGA, a presença de partículas líquidas na EMD da CIGÁS oriundas do PONTO DE ENTREGA, calculada conforme fórmula abaixo, deverá ser superior a 7,5 (sete vírgula cinco).

$$LMAL = \frac{QL}{\frac{n \times QDM}{1.000.000} \times 50ml} ; \text{ onde,}$$

LMAL	Significa o limite máximo admissível de líquidos por PONTO DE ENTREGA;
QL	Significa a quantidade de líquido retirado na EMD da COMPRADORA em determinado DIA em mililitros;
QDM	QUANTIDADE DIÁRIA MÁXIMA (QDM) do PONTO DE ENTREGA;
N	número de DIAS entre duas inspeções sucessivas em que foi drenado volume de óleo (para DIAS consecutivos n=1).

4.5.4 Sempre que verificada a presença de partículas líquidas na EMD oriundas do PONTO DE ENTREGA, a CIGÁS enviará Relatório de Drenagem de Condensado contendo: registro fotográfico; data, horário e local da coleta; quantidade drenada; e procedimento utilizado.

4.5.5 A PETROBRAS poderá, mediante NOTIFICAÇÃO, solicitar a drenagem das instalações da CIGÁS, devendo a CIGÁS enviar NOTIFICAÇÃO comunicando a realização do evento com no mínimo 3 (três) DIAS ÚTEIS de antecedência, de forma a possibilitar que esta se faça representar no acompanhamento dos trabalhos.

4.5.6 A PETROBRAS será responsável pela adequada destinação das partículas líquidas ou sólidas eventualmente coletadas pela CIGÁS.

4.6 A determinação da qualidade do gás será efetuada pela VENDEDORA ou por terceiro por ela indicado ou contratado, através de instrumentos adequados para esta finalidade.

4.7 A determinação do PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS) nas CONDIÇÕES BASE será efetuada por cálculo, conforme a norma ISO 6976:2016, ou a que venha a substituí-la em razão de disposição normativa superveniente.

4.8 Até 30/11/2030, a VENDEDORA deverá encaminhar à COMPRADORA cópia do Boletim de Conformidade, conforme artigo 6º da Resolução ANP Nº 16 de 17/06/2008, ou a que venha a substituí-la em razão de disposição normativa superveniente, comprovando a qualidade do GÁS entregue. A partir de 01/12/2030, a VENDEDORA deverá encaminhar à COMPRADORA cópia do Certificado de Qualidade do PE Urucu, conforme artigo 5º da Resolução ANP Nº 16 de 17/06/2008, ou a que venha a substituí-la em razão de disposição normativa superveniente.”

2.4. As PARTES decidem alterar a redação da CLÁUSULA QUINTA – PREÇO do CONTRATO, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### “CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

##### 5.1. PREÇO DO GÁS (PG)

O PREÇO DO GÁS (PG), válido para a data de vencimento dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA, nos PONTOS DE ENTREGA e nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, será constituído pela soma da PARCELA DO TRANSPORTE (PT), prevista no item 5.1.1, com a PARCELA DA COMMODITY (PC), prevista no item 5.1.2, conforme fórmula abaixo:

$PG = (PT + PC_t)$  ; onde:

PG	É o PREÇO DO GÁS, expresso em REAIS por MMBtu, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, vigente para o MÊS em questão.
PT	- Entre o DIA 01/09/2024 e o DIA 30/11/2030, a PARCELA DO TRANSPORTE, expressa em REAIS por MMBtu, equivale a 100% da “parcela de transporte” vigente no CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÁS PETROBRAS.  - Entre o DIA 01/12/2030 e o DIA 31/12/2045, a PARCELA DE TRANSPORTE terá valor nulo e não será cobrada da COMPRADORA por se tratar de venda de GÁS no PONTO DE ENTREGA URUCU (Polo de Processamento de Arara), portanto antes da entrada no SISTEMA DE TRANSPORTE, conforme item 8.1.1.2.
$PC_t$	É a PARCELA DA COMMODITY, calculada conforme item 5.1.1, expressa em REAIS por MMBtu, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, vigente para o mês em questão.
I	MÊS contratual vigente.

5.1.1. A PARCELA DA COMMODITY (PC) do PREÇO DO GÁS (PG) será atualizada trimestralmente, nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro, pela aplicação da seguinte fórmula:

$PC_t = \text{Fator\_Brent} \times \text{Brent}_t \times TC_t$  , onde:

$PC_t$	É a PARCELA DA COMMODITY, calculada trimestralmente (t), em REAIS por MMBtu, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
Fator_Brent	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Entre o DIA 01/09/2024 e o DIA 31/12/2024, equivale a 4,5%;</li> <li>- Entre o DIA 01/01/2025 e o DIA 31/12/2025, equivale a 5,5%;</li> <li>- Entre o DIA 01/01/2026 e o DIA 31/12/2026, equivale a 6,5%;</li> <li>- Entre o DIA 01/01/2027 e o DIA 31/12/2045, equivale a 7,0%.</li> </ul>
Brent <sub>t</sub>	<p>É a média das cotações diárias de contratos futuros do Brent para o primeiro mês disponível do calendário, na rubrica Settle Price de cada reporte diário do Brent Crude Future, publicado pelo sítio de internet ICE Report Center da Intercontinental Exchange (ICE) referente aos meses m-4, m-3 e m-2, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, em US\$/bbl, sendo "m" o primeiro mês do período de cálculo da <math>PC_t</math> (fevereiro, maio, agosto e novembro, conforme o caso).</p> <p>Para o cálculo da <math>PC_t</math> para o mês de julho de 2024, em REAIS por MMBtu, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, será considerada a média das cotações diárias do Brent para o primeiro mês disponível do calendário civil, na rubrica Settle Price de cada reporte diário do Brent Crude Future, publicado pela ICE, referente aos meses de janeiro/2024, fevereiro/2024 e março/2024.</p>
$TC_t$	<p>É a média das taxas diárias de câmbio comercial de venda do dólar norte-americano divulgadas no SGS-Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil, série código 001, com quatro casas decimais, relativas aos meses m-4, m-3 e m-2, sendo "m" o primeiro mês do período de cálculo do valor da <math>PC_t</math> (fevereiro, maio, agosto e novembro, conforme o caso).</p> <p>Para o cálculo da <math>PC_t</math> para o mês de julho de 2024, em REAIS por MMBtu, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal, será considerada a média das taxas diárias de câmbio comercial de venda do dólar norte-americano divulgadas no SGS-Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil, série código 001, com quatro casas decimais, relativas aos meses de janeiro/2024, fevereiro/2024 e março/2024.</p>

#### **PREÇO DO GÁS DE ULTRAPASSAGEM (PGU)**

5.1.2. Caso em determinado DIA, a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA seja superior a 105% (cento e cinco por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL para o respectivo MÊS e inferior a 115% (cento e quinze por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL, a QUANTIDADE DE GÁS que estiver dentro desse limite será faturada com base no PREÇO DO GÁS DE ULTRAPASSAGEM 1 ( $PGU_1$ ).

5.1.3. Caso, em determinado DIA, a VENDEDORA aceite uma QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA superior à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL, a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA que estiver dentro do limite entre 105% (cento e cinco por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA e 115% (cento e quinze por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA, será faturada com base no PREÇO DO GÁS DE ULTRAPASSAGEM 1 (PGU<sub>1</sub>).

5.1.4. A ocorrência do disposto no item 5.13 exclui a aplicação do disposto no item 5.1.2.

5.1.5. O PREÇO DO GÁS DE ULTRAPASSAGEM 1 (PGU<sub>1</sub>) será calculado da seguinte forma:

$PGU_1 = (1,5 \times PC_t) + PT$ , onde:

PGU <sub>1</sub>	É o PREÇO DO GÁS DE ULTRAPASSAGEM 1 em REAIS por MMBtu, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
PT	Entre o DIA 01/09/2024 e o DIA 30/11/2030, a PARCELA DO TRANSPORTE, expressa em REAIS por MMBtu, equivale a 100% da “parcela de transporte” vigente no CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÁS PETROBRAS; - Entre o DIA 01/12/2030 e o DIA 31/12/2045, a PARCELA DE TRANSPORTE terá valor nulo e não será cobrada da COMPRADORA por se tratar de venda de GÁS no PONTO DE ENTREGA URUCU (Polo de Processamento de Arara), portanto antes da entrada no SISTEMA DE TRANSPORTE, conforme item 8.1.1.2.
PC <sub>t</sub>	É a PARCELA DA COMMODITY calculada conforme item 5.1.1, expressa em REAIS por MMBtu com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.

5.1.6. Caso em determinado DIA, a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA seja superior a 115% (cento e quinze por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL, a QUANTIDADE DE GÁS que ultrapassar esse limite será faturada com base no PREÇO DO GÁS DE ULTRAPASSAGEM 2 (PGU<sub>2</sub>).

5.1.7. Caso em determinado DIA, a VENDEDORA aceite uma QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA superior à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL para o respectivo MÊS, a QUANTIDADE DE GÁS retirada que ultrapassar a 115% (cento e quinze por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA será faturada com base no PREÇO DO GÁS DE ULTRAPASSAGEM 2 (PGU<sub>2</sub>).

5.1.8. O disposto no item 5.1.7 exclui a aplicação do disposto no item 5.1.6.

5.1.9. O PREÇO DO GÁS DE ULTRAPASSAGEM 2 (PGU<sub>2</sub>) será calculado da seguinte forma:

$PGU_1 = (2,0 \times PC_t) + PT$ , onde:

PGU <sub>2</sub>	É o PREÇO DO GÁS DE ULTRAPASSAGEM 2 em REAIS por MMBtu, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.
PT	<p>- Entre o DIA 01/09/2024 e o DIA 30/11/2030, a PARCELA DO TRANSPORTE, expressa em REAIS por MMBtu, equivale a 100% da “parcela de transporte” vigente no CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÁS PETROBRAS;</p> <p>- Entre o DIA 01/12/2030 e o DIA 31/12/2045, a PARCELA DE TRANSPORTE terá valor nulo e não será cobrada da COMPRADORA por se tratar de venda de GÁS no PONTO DE ENTREGA URUCU (Polo de Processamento de Arara), portanto antes da entrada no SISTEMA DE TRANSPORTE, conforme item 8.1.1.2.</p>
PC <sub>t</sub>	É a PARCELA DA COMMODITY calculada conforme item 5.1.1, expressa em REAIS por MMBtu com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal.

5.2. No momento do faturamento, serão incluídos os valores correspondentes aos Tributos incidentes diretamente sobre a venda do Gás.

5.2.1. Se após a data da apresentação da proposta ocorrer criação de novos tributos, alteração de alíquotas e/ou alteração de base de cálculo, ou ainda extinção de tributos, instituição, habilitação ou enquadramento em incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou isenção ou redução de tributos, que de forma direta venham a majorar ou reduzir comprovadamente o ônus da VENDEDORA, o valor faturado passará a refletir a majoração ou redução ocorrida, compensando-se, quando necessário, a diferença decorrente das respectivas alterações.

5.3. Para o cálculo do PREÇO DO GÁS (PG) e dos PREÇOS DO GÁS DE ULTRAPASSAGEM (PGU), em R\$/m<sup>3</sup> (Reais por Metro Cúbico), nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, conforme apresentados nesta cláusula, todos os preços, parcelas, coeficientes e índices serão calculados com ARREDONDAMENTO em 04 (quatro) casas decimais.”

2.5. As PARTES decidem alterar a redação dos itens 6.2, 6.2.1 e 6.4 e subitens, como também excluir os itens 6.2.2, 6.2.3 e 6.2.4 da CLÁUSULA SEXTA – FATURAMENTO, FORMA E GARANTIAS DE PAGAMENTO do CONTRATO, os quais passam a vigorar como segue:

“6.2 O fornecimento de GÁS, assim como quaisquer valores devidos por qualquer PARTE no âmbito do presente CONTRATO, será faturado mensalmente, por meio de DOCUMENTO DE COBRANÇA, correspondendo cada MÊS a um período de fornecimento de GÁS.

6.2.1 Os DOCUMENTOS DE COBRANÇAS deverão ser apresentados pela PETROBRAS à CIGÁS até o 5º (quinto) dia útil do MÊS seguinte ao MÊS de fornecimento e deverão ser pagos pela CIGÁS, em moeda corrente do País, até o DIA 15 (quinze) do MÊS seguinte ao MÊS de fornecimento.

6.2.2 Nos faturamentos acima previstos serão consideradas as QUANTIDADES RECUPERADAS, quando aplicável na forma prevista neste CONTRATO.

(...)

### **Garantia de Pagamentos**

6.4 A CIGÁS deverá instituir em favor da PETROBRAS garantia bancária ou garantia similar, neste último caso desde que acordado pelas PARTES, irrevogável e executável ao primeiro pedido, de valor equivalente a 55 (cinquenta e cinco) dias de fornecimento, conforme abaixo:

GARANTIA = 55 x QDC x PG, onde:

GARANTIA - valor da garantia expresso em moeda nacional;

QDC- QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL, em m³/dia, conforme CLÁUSULA TERCEIRA - QUANTIDADE;

PG - PREÇO DO GÁS, em moeda nacional, conforme item 5.1 e subitem 5.1.1 da CLÁUSULA QUINTA - PREÇO, vigente na data da instituição da garantia ou de cada restabelecimento, conforme subitem 6.6.4 desta Cláusula;

6.4.1 Tal garantia deverá ser emitida por uma instituição financeira de primeira linha e seus termos deverão ser previamente aprovados pela PETROBRAS, com 20 (vinte) dias de antecedência da instituição da referida garantia, que deverá ser instituída no máximo até a data do INÍCIO DE FORNECIMENTO.

6.4.2 A garantia em questão deverá conter cláusula de atualização de seu valor, com base na variação do PREÇO DO GÁS, conforme CLÁUSULA QUINTA – PREÇO.

6.4.3 Caso a CIGÁS atrase o pagamento de qualquer fornecimento, a PETROBRAS terá o direito de executar a garantia. O valor da garantia a ser executado será correspondente ao valor do fornecimento devido e não pago acrescido dos encargos moratórios, conforme item 6.3 desta Cláusula, decorridos desde a data do vencimento até a data da efetiva liberação dos recursos pelo banco garantidor. 6.4.4 A CIGÁS obriga-se a restabelecer a garantia no prazo de até 10 (dez) DIAS do AVISO por parte da PETROBRAS de sua execução. O não restabelecimento da garantia dará à PETROBRAS o direito de fornecer GÁS à CIGÁS somente mediante pagamentos antecipados, até que tal inadimplência seja sanada.

6.4.5 A CIGÁS estará dispensada da apresentação da garantia para o cumprimento de suas obrigações de pagamento, prevista no item 6.4, desde que a CIGÁS apresente garantia(s) executável(is), nos moldes previstos neste item, contratada(s) por seus clientes que adquiram o GÁS objeto deste CONTRATO que possa ser executada de imediato pela PETROBRAS sem necessidade de qualquer procedimento adicional ou prévio no caso de não cumprimento das obrigações de pagamento de tais clientes perante a CIGÁS, e que tais garantias (i) alcancem o mesmo valor da garantia prevista no item 6.4 e (ii) os clientes sejam obrigados a cumprir com as regras previstas nos itens 6.4.1, 6.4.2 e 6.4.4 do presente CONTRATO.

6.4.6 A PETROBRAS poderá suspender a qualquer momento, mediante AVISO à CIGÁS, o fornecimento de GÁS objeto do presente CONTRATO, total ou parcialmente, no caso de não atendimento do disposto no item 6.4 ou em qualquer de seus subitens.”

2.6. As PARTES decidem alterar a redação da CLÁUSULA SÉTIMA - MEDIÇÃO do CONTRATO, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“

7.1. Disposições Gerais:

7.1.1. As PARTES concordam em usar unidades de medida do Sistema Internacional de Unidades – SI, exceto se indicado de forma diferente neste CONTRATO.

7.1.2. A QUANTIDADE MEDIDA (QM), a QUANTIDADE DE GÁS NATURAL APURADA NO SISTEMA DE MEDIÇÃO e a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) serão expressas com ARREDONDAMENTO para número inteiro.

7.1.3. A unidade de medida de volume será o METRO CÚBICO nas CONDIÇÕES BASE.

7.1.4. Para fins de cálculo da QUANTIDADE DE GÁS NATURAL APURADA NO SISTEMA DE MEDIÇÃO, a pressão atmosférica será baseada nas coordenadas geográficas dos PONTOS DE ENTREGA, dispostas no item 8.1.

7.1.5. As PARTES acordam, reconhecem e aceitam que os PONTOS DE ENTREGA sejam usados de forma compartilhada por este CONTRATO e outros contratos de compra e venda de gás com CIGÁS, e eventualmente com CONSUMIDORES LIVRES.

7.1.6. A medição do volume de GÁS para fins deste CONTRATO será efetuada pelo TRANSPORTADOR no SISTEMA DE MEDIÇÃO, de onde será obtida a QUANTIDADE DE GÁS NATURAL APURADA NO SISTEMA DE MEDIÇÃO.

7.1.7. A QUANTIDADE MEDIDA (rateio para este CONTRATO da QUANTIDADE DE GÁS NATURAL APURADA NO SISTEMA DE MEDIÇÃO) será aquela apurada na ESTAÇÃO DE MEDIÇÃO DA DISTRIBUIDORA. aplicando-se a este equipamento, mutatis mutandis, as disposições reguladas neste CONTRATO para o SISTEMA DE MEDIÇÃO, observada a legislação aplicável para os serviços de distribuição de GÁS, ficando ajustado desde já que a calibração dos medidores e instrumentos dos sistemas de medição localizados na EMD deverá ser feita pela COMPRADORA utilizando padrões com referências estabelecidas (resultados rastreáveis) pelo Órgão Competente, obedecendo o disposto no Regulamento Técnico Metrológico, aprovado por intermédio da Portaria nº 150, de 03 de maio de 2020, do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, ou ao documento que vier a substituí-lo.

7.2. A COMPRADORA será a responsável direta pela apuração da QUANTIDADE MEDIDA (QM), nos termos do item 7.1.7 e desde já se obriga a informar à VENDEDORA, através de boletins enviados nos DIAS ÚTEIS em D-2, os volumes apurados, em base diária.

7.2.1. A COMPRADORA deverá garantir a apuração individualizada em base diária das QUANTIDADES DE GÁS disponibilizadas para cada contrato de compra e venda de gás atendido pelos PONTOS DE ENTREGA, com o rateio da QUANTIDADE DE GÁS NATURAL APURADA NO SISTEMA DE MEDIÇÃO.

7.2.1.1. As quantidades descritas no item 7.2.1 deverão ser informados pela COMPRADORA através do portal CANAL CLIENTE, ou outra ferramenta que venha a substituí-lo, até as 12h (doze horas) do 2º (segundo) DIA ÚTIL do mês subsequente ao de fornecimento, salvo acordado de forma diversa entre as PARTES, as QUANTIDADES MEDIDAS (QM) apuradas para cada contrato vigente entre PETROBRAS e CIGÁS e com os volumes eventualmente alocados a outros CONSUMIDORES LIVRES atendidos no mesmo PONTO DE ENTREGA.

7.2.2. Diariamente, a soma da QUANTIDADE MEDIDA com os volumes alocados em outros contratos vigentes entre PETROBRAS e CIGÁS e com os volumes eventualmente alocados a outros CONSUMIDORES LIVRES atendidos no mesmo PONTO DE ENTREGA, deverá ser igual à QUANTIDADE DE GÁS NATURAL APURADA NO SISTEMA DE MEDIÇÃO.

7.3. As PARTES acordam que deverá ser celebrado ACORDO DE REGRAS OPERACIONAIS para detalhar as regras de alocação e apuração do volume entregue de GÁS, em base diária, a partir de 01/12/2030.

7.4. Para a determinação da QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR), a QUANTIDADE MEDIDA (QM) será multiplicada pela divisão do PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS) médio diário do GÁS no respectivo DIA no PONTO DE ENTREGA pelo PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR) de acordo com a seguinte fórmula:

$$QDR = QM \times fcPC$$

$$fcPC = \frac{PCS_m}{PCR} \quad ; \text{ onde:}$$

QDR	-	é a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA;
QM	-	é a QUANTIDADE MEDIDA;
fcPC	-	é o fator de correção do poder calorífico do GÁS, com ARREDONDAMENTO na quarta casa decimal;
PCS <sub>m</sub>	-	é o PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS) médio do referido DIA, apurado pela VENDEDORA no PONTO DE ENTREGA, arredondado até o primeiro algarismo inteiro;
PCR	-	é o PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR).

7.4.1. A apuração da QUANTIDADE DE GÁS NATURAL APURADA NO SISTEMA DE MEDIÇÃO será realizada nas condições de operação onde se verifica o cumprimento pelas PARTES das obrigações previstas nas CONDIÇÕES DE ENTREGA.

7.4.2. Caso se verifique que a retirada de GÁS no PONTO DE ENTREGA não está de acordo com a VAZÃO MÍNIMA INSTANTÂNEA, então a VENDEDORA estabelecerá a QUANTIDADE DE GÁS apurada no PONTO DE ENTREGA para o DIA, observados os critérios dispostos no item 7.6.10.

7.5. Para apuração da QUANTIDADE DE GÁS NATURAL APURADA NO SISTEMA DE

MEDIÇÃO, aplicar-se-á o item 6.4 da Resolução Conjunta ANP/INMETRO nº1 de 10/06/2013, suas revisões ou outra que venha a lhe substituir em razão de disposição normativa superveniente, conforme o tipo de tecnologia utilizada no SISTEMAS DE MEDIÇÃO dos PONTOS DE ENTREGA.

7.5.1. As versões dos documentos de referência utilizados no item 7.5 deverão ser aquelas previstas no projeto de cada SISTEMA DE MEDIÇÃO.

7.6. CALIBRAÇÃO do SISTEMA DE MEDIÇÃO:

7.6.1. A CALIBRAÇÃO do SISTEMA DE MEDIÇÃO será providenciada pela VENDEDORA ou por terceiro por ela contratado até 30/12/2030 e pela COMPRADORA ou pelo TRANSPORTADOR por ela contratado a partir de 01/12/2030, observando o disposto na Resolução Conjunta ANP/INMETRO nº 1 de 10/06/2013, devendo, conforme o caso, a PARTE responsável enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE comunicando a realização do evento com no mínimo 5 (cinco) DIAS ÚTEIS de antecedência, de forma a possibilitar que ela se faça representar no acompanhamento dos trabalhos.

7.6.2. Independentemente da presença da outra PARTE, será efetuada a CALIBRAÇÃO do SISTEMA DE MEDIÇÃO em questão, ressalvado o direito da PARTE de requerer uma CALIBRAÇÃO adicional nos termos do item 7.6.9.

7.6.3. A VENDEDORA disponibilizará, no CANAL CLIENTE até 30/11/2030, após ter recebido da transportadora, os certificados das CALIBRAÇÕES do SISTEMA DE MEDIÇÃO realizadas conforme item 7.6.1.

7.6.4. A partir de 01/12/2030, a COMPRADORA disponibilizará, por AVISO, após ter recebido da transportadora, os certificados das CALIBRAÇÕES do SISTEMA DE MEDIÇÃO realizadas conforme item 7.6.1.

7.6.5. O período entre CALIBRAÇÕES deverá ser estabelecido conforme a Resolução Conjunta ANP/INMETRO Nº 1 de 10/06/2013 ou documento que vier a substituí-la.

7.6.6. Nenhuma correção na QUANTIDADE DE GÁS NATURAL APURADA NO SISTEMA DE MEDIÇÃO será efetuada caso a CALIBRAÇÃO indique que o SISTEMA DE MEDIÇÃO esteja apurando uma QUANTIDADE DE GÁS NATURAL APURADA NO SISTEMA DE MEDIÇÃO com erro igual ou inferior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), para mais ou para menos.

7.6.7. Caso determinada CALIBRAÇÃO indique que o referido SISTEMA DE MEDIÇÃO esteja apurando uma QUANTIDADE DE GÁS NATURAL APURADA NO SISTEMA DE MEDIÇÃO com erro superior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), para mais ou para menos, será adotado o seguinte procedimento:

(a) a VENDEDORA determinará tecnicamente o respectivo fator de correção da QUANTIDADE DE GÁS NATURAL APURADA NO SISTEMA DE MEDIÇÃO, sendo facultado à COMPRADORA ou terceiro por ela contratado acompanhar os trabalhos;

(b) o fator de correção será obtido com base nas informações constantes dos relatórios de CALIBRAÇÃO, mediante simulação para cálculo da vazão a partir dos valores médios das variáveis de processo;

(c) uma vez que os cálculos sejam aceitos pela COMPRADORA, será lavrado um termo que as PARTES subscreverão sem ressalvas, no qual estarão registrados os procedimentos e a memória de cálculo do fator de correção, o resultado obtido e outros

aspectos pertinentes.

7.6.8. Comprovadamente definido o período em que o SISTEMA DE MEDIÇÃO apresentou erro superior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), para mais ou para menos, será aplicado o fator de correção a que se refere o item 7.6.7(b).

7.6.8.1. Não sendo conhecido o período em que o SISTEMA DE MEDIÇÃO apresentou erro superior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), para mais ou para menos, será aplicado o fator de correção sobre as QUANTIDADES DE GÁS NATURAL APURADAS NO SISTEMA DE MEDIÇÃO, nos seguintes períodos de tempo, prevalecendo o menor:

- (a) os 45 (quarenta e cinco) DIAS anteriores à CALIBRAÇÃO que detectou o erro; ou
- (b) a última metade do período de tempo entre a detecção do erro e a CALIBRAÇÃO anterior do SISTEMA DE MEDIÇÃO.

7.6.9. As PARTES poderão, mediante AVISO, solicitar à PARTE responsável a CALIBRAÇÃO do SISTEMA DE MEDIÇÃO ou de algum elemento específico do SISTEMA DE MEDIÇÃO fora da periodicidade estabelecida no item 7.6.5. A PARTE responsável enviará à outra PARTE, no prazo de 20 (vinte) DIAS ÚTEIS contados a partir da data da solicitação, uma NOTIFICAÇÃO com uma estimativa dos custos da mesma e aplicar-se-á o seguinte:

- (a) caso a respectiva PARTE confirme, mediante AVISO, esta solicitação de CALIBRAÇÃO, e a mesma seja realizada, e se o fator de correção apurado for igual ou inferior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), os custos comprovadamente incorridos serão arcados pela PARTE solicitante.
- (b) caso contrário, se o fator de correção apurado for superior a 1,5% (um vírgula cinco por cento), os custos comprovadamente incorridos serão arcados pela outra PARTE.

7.6.10. Havendo, em qualquer DIA, falha no SISTEMA DE MEDIÇÃO que impeça a apuração correta da QUANTIDADE DE GÁS NATURAL APURADA NO SISTEMA DE MEDIÇÃO, sem interrupção no fornecimento de GÁS, a QUANTIDADE DE GÁS NATURAL APURADA NO SISTEMA DE MEDIÇÃO relativa a esse DIA será determinada, considerando a seguinte ordem de prioridade:

- (a) com base em medições apuradas no sistema de medição da EMD, se houver, desde que a medição da EMD atenda aos requisitos do item 7.6 e a VENDEDORA, a seu exclusivo critério, valide tais medições. Neste caso, a COMPRADORA deverá encaminhar as informações apuradas pela EMD até às 17:00h (dezessete horas) do 1º (primeiro) DIA ÚTIL subsequente ao DIA do AVISO emitido pela VENDEDORA com a solicitação dos dados de medição da EMD;
- (b) com base em medições efetuadas em outros sistemas de medição no gasoduto de transporte, que atende à COMPRADORA, por meio de cálculo das diferenças de quantidade de GÁS medida, considerando os recebimentos e entregas no mesmo gasoduto de transporte, bem como a variação do estoque de gás no mesmo, desde que as medições atendam aos requisitos do item 7.6 e a COMPRADORA, a seu exclusivo critério, valide tais medições;
- (c) acordo entre as PARTES.

7.6.11. É garantido, de modo análogo, à VENDEDORA, no que concerne às EMDs, todos

os direitos da COMPRADORA, ou terceiro por ela contratado, referentes aos SISTEMAS DE MEDIÇÃO, tais como, por exemplo, acompanhamento de CALIBRAÇÕES, solicitação de CALIBRAÇÃO extra, entre outros previstos nesta cláusula.

7.7. Qualquer controvérsia relacionada a esta cláusula será resolvida conforme CLÁUSULA DEZESSETE – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS.”

2.7. As PARTES decidem alterar a redação da CLÁUSULA OITAVA – FORMA DE ENTREGA E TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE do CONTRATO, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“8.1 Os PONTOS DE ENTREGA objeto do CONTRATO são os listados na seguinte tabela:

Período	PONTOS DE ENTREGA	Gasoduto	Latitude	Longitude
01/09/2024 a 30/11/2030	RAMAL APARECIDA	RAMAL APARECIDA	-3.131416°	-60.033012°
	RAMAL MAUÁ	RAMAL MAUÁ	-3.121529°	-59.931889°
01/12/2030 a 31/12/2045	URUCU	GARSOL	-4.866386°	-65.296074°

8.1.1 A transferência de propriedade do GÁS da VENDEDORA à COMPRADORA ocorrerá nos PONTOS DE ENTREGA definidos no item 8.1.

8.1.1.1 Todos os riscos e perdas de GÁS (i) a montante do PONTO DE ENTREGA, serão de responsabilidade da VENDEDORA, e (ii) a jusante do PONTO DE ENTREGA, serão de responsabilidade da COMPRADORA.

8.1.1.2 Para o período entre o DIA 01/12/2030 e o DIA 31/12/2045, a entrega do GÁS ocorrerá antes da entrada no SISTEMA DE TRANSPORTE, sendo certo que a contratação do serviço de transporte do GÁS de entrada e de saída junto à TRANSPORTADORA será de responsabilidade da COMPRADORA.

8.2 O GÁS será entregue à CIGÁS, passando à sua propriedade, nos PONTOS DE ENTREGA conforme as condições de entrega definidas a seguir.

Ponto de Entrega	Pressão Mínima (kg/cm²)	Pressão Máxima (kg/cm²)	Pressão Limite de Fornecimento (kg/cm²)	Vazão Mínima (m³/dia)	Vazão Máxima (m³/dia)		Quantidade Diária Máxima (m³/dia)	
RAMAL APARECIDA	16	21	25	0	Em 2024	88.696	Em 2024	78.974

					Em 2025	94.137	Em 2025	83.818
					Em 2026	97.276	Em 2026	86.613
					Em 2027	100.504	Em 2027	89.487
					Em 2028	101.510	Em 2028	90.382
					Em 2029	102.524	Em 2029	91.286
					De Jan a Nov/2030	103.550	De Jan a Nov/ 2030	92.199
<b>RAMAL MAUÁ</b>	16	21	25	65.000	Em 2024	164.722	Em 2024	146.665
					Em 2025	174.826	Em 2025	155.662
					Em 2026	180.656	Em 2026	160.853
					Em 2027	186.651	Em 2027	166.191
					Em 2028	188.518	Em 2028	167.853
					Em 2029	190.403	Em 2029	169.531
					De Jan a Nov/2030	192.307	De Jan a Nov/ 2030	171.227
<b>URUCU</b>	70	120	120	à definir	A partir de Dez/2030	à definir	A partir de Dez/2030	QDC do item 3.2 para o respectivo ano

8.2.1 A vazão horária será, no máximo, igual a 1/24 (um e vinte e quatro avos) da QUANTIDADE MÁXIMA CONTRATUAL.

8.2.2 A vazão instantânea será igual a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA, expressa em METROS CÚBICOS por hora.

8.2.3 A Vazão Máxima e a Vazão Mínima de entrega da tabela apresentada no item 8.2. acima para o Ponto de Entrega URUCU serão estabelecidas no ACORDO DE REGRAS OPERACIONAIS”

2.8. As PARTES decidem alterar a redação do item 9.1 da CLÁUSULA NONA - PRAZO, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“9.1 O presente CONTRATO entra em vigência na data da sua assinatura e vigorará até 31 de dezembro de 2045, independente de AVISO entre as PARTES, podendo ser prorrogado até 31 de dezembro de 2050, de comum acordo e mediante a celebração de aditivo contratual.”

2.9. As PARTES decidem tornar sem efeito o disposto no item 10.2(ii) e alterar o item 10.2 (i) da CLÁUSULA DEZ - GARANTIA DE FORNECIMENTO E DE RECEBIMENTO do CONTRATO, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“10.2 - A CIGÁS se compromete a:

- i) adquirir e retirar diariamente da PETROBRAS não mais que 105% (cento e cinco por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA e não menos que 80% (oitenta por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA de GÁS para o correspondente DIA, sujeitando-se, em caso de não cumprimento, às penalidades estipuladas nos itens 11.6 e 11.7 e respectivos subitens.”

2.10. As PARTES decidem alterar os itens 11.1, 11.1.1, 11.1.2 e subitens, 11.1.3 e subitens, 11.5, 11.5.1, 11.5.2, 11.5.3, 11.6, 11.6.1, 11.7, 11.7.1, 11.9.1, 11.10, 11.10.1 e 11.10.2 da CLÁUSULA ONZE - PROGRAMAÇÃO DE RETIRADAS, FORNECIMENTOS, COMPROMISSOS E PENALIDADES POR INADIMPLEMENTO do CONTRATO, os quais passam a vigorar com as seguintes redações:

"11.1 A CIGÁS fornecerá mensalmente à PETROBRAS, com 10 (dez) dias de antecedência ao início de cada MÊS de fornecimento, AVISO contendo a solicitação de retirada de GÁS referente ao próprio MÊS, e, a título indicativo, aos 02 (dois) MESES subsequentes – levando em consideração, em ambos os casos, as PARADAS PROGRAMADAS.

11.1.1 Em relação aos 02 (dois) MESES subsequentes, a solicitação referida no item 11.1 explicitará, para cada MÊS, a quantidade total de GÁS objeto deste CONTRATO a ser retirada pela CIGÁS nos PONTOS DE ENTREGA.

11.1.2 Em relação ao próprio MÊS, a solicitação referida no item 11.1 a CIGÁS indicará a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA para cada DIA do MÊS, para cada PONTO DE ENTREGA. Para que possa ser aceita como QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA, a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA deverá ser compatível com a vazão máxima do PONTO DE ENTREGA, prevista na CLÁUSULA OITAVA - FORMA DE ENTREGA E TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE.

11.1.2.1 Caso a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA pela CIGÁS não supere a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL e respeite a vazão máxima do(s) PONTO(S) DE ENTREGA, considerar-se-á a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA automaticamente como QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA, observada a ocorrência de PARADAS PROGRAMADAS e de FORÇA MAIOR

11.1.2.2 A QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para um determinado DIA, poderá ser alterada, mediante envio de AVISO, até às 12:00h (doze horas) do dia anterior ao respectivo fornecimento.

11.1.2.3 Após o recebimento de AVISO com pedido de alteração da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA efetuado pela CIGÁS, na forma do item 11.1.2.2, a PETROBRAS deverá emitir AVISO a CIGÁS informando sua possibilidade ou não de aceitar a alteração da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA até às 17:00 (dezessete horas) do DIA anterior ao DIA de fornecimento correspondente. Caso a PETROBRAS não se pronuncie neste prazo, considerar-se-á como aceita a alteração da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA."

### **Paradas Programadas**

11.1.3 Durante os períodos de PARADA PROGRAMADA a PETROBRAS estará dispensada do compromisso de disponibilizar GÁS para a CIGÁS, sem pagamento de qualquer penalidade ou indenização. Os compromissos da CIGÁS a que se refere o inciso iv do item 10.2 serão reduzidos durante os períodos de PARADA PROGRAMADA na forma prevista nos itens 11.2 e 11.9.

11.1.3.1 - As PARADAS PROGRAMADAS da PETROBRAS não poderão exceder a QUANTIDADE DE GÁS equivalente a multiplicação de 40 (quarenta) DIAS pela QDC média de cada período de 3 ANOS. A CIGÁS deverá efetuar suas PARADAS PROGRAMADAS juntamente com as da PETROBRAS. Caso a CIGÁS demonstre que realizar suas PARADAS

PROGRAMADAS juntamente com as da PETROBRAS é inviável tecnicamente ou que implica em risco à integridade de suas instalações, a CIGÁS estará autorizada a efetuar PARADA PROGRAMADA equivalente a multiplicação de 3 (três) DIAS pela QDC média do ANO, alternados ou consecutivos, a cada ANO. Poderá ser considerada como PARADA PROGRAMADA da CIGÁS a interrupção de recebimento de GÁS objeto deste CONTRATO por cliente da CIGÁS que tenha firmado contrato de compra e venda de gás com a CIGÁS de volume de no mínimo 75.000 (setenta e cinco mil) METROS CÚBICOS por DIA, desde que seja previamente comprovado que tal interrupção no recebimento decorra exclusivamente de uma manutenção necessária e rotineira dos equipamentos do cliente da CIGÁS, respeitado o prazo de AVISO e limitação de número de dias de PARADAS PROGRAMADAS da CIGÁS.

11.1.3.2 As PARADAS PROGRAMADAS da PETROBRAS deverão ser informadas à CIGÁS, mediante AVISO, com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias do seu início e, ainda, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, a confirmação da hora exata e que terá início e a estimativa da sua duração. As PARADAS PROGRAMADAS da CIGÁS deverão ser informadas à PETROBRAS, mediante AVISO, acompanhado de toda a documentação referida no item 11.1.3.1 acima, com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias e confirmadas pela PETROBRAS no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento do AVISO.

(...)

### **Quantidades Pagas e Não Retiradas - Recuperação**

11.5 - A QUANTIDADE PAGA E NÃO RETIRADA poderá ser recuperada pela CIGÁS, durante a vigência do CONTRATO, incluindo suas eventuais prorrogações, sempre em GÁS, automaticamente, quando no referido MÊS, o somatório das QUANTIDADES DIÁRIAS RETIRADAS (QDR) supere 70% (setenta por cento) do somatório da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATUAL (QDC) do MÊS.

11.5.1 - A parcela efetivamente recuperada pela CIGÁS do saldo de QUANTIDADES PAGAS E NÃO RETIRADAS NO ANO (QPNR<sub>A</sub>) será denominada QUANTIDADE RECUPERADA (QRC) e será, no momento de tal reintegração, deduzida do referido saldo.

11.5.2 - Pela QUANTIDADE RECUPERADA (QRC), a CIGÁS pagará à PETROBRAS a parcela correspondente aos tributos incidentes, na forma do item 5.6 acima, quando aplicáveis. A recuperação da QPNR não dará ensejo à redução ou modificação do pagamento de qualquer obrigação relacionada com o transporte do GÁS ou com o compromisso de pagamento de transporte firme a que se referem os itens 10.2(iv)(c) e 11.9.1, nas formas e prazos previstos neste CONTRATO.

### **Penalidade por retirada maior que a programada**

11.6 - Caso em determinado DIA a CIGÁS retire uma QUANTIDADE DE GÁS que supere em mais de 5% (cinco por cento) a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA, então pagará à PETROBRAS, salvo acordo das PARTES, além do faturamento normal, uma penalidade calculada pela seguinte fórmula:

$$P_{RMP} = (QM - 1,05 \times QDP) \times 0,2 \times PG$$

$P_{RMP}$  - é o valor da penalidade por retirada maior que a programada, a ser paga pela CIGÁS à PETROBRAS;

QDP - é a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA para o PONTO DE ENTREGA;

QM - é a QUANTIDADE MEDIDA, nesse DIA, no PONTO DE ENTREGA;

PG - é o PREÇO DO GÁS, conforme CLÁUSULA QUINTA, vigente no MÊS do fornecimento.

11.6.1 - Sem prejuízo do disposto no item 11.6, caso a CIGÁS descumpra os limites especificados no referido item, e isto implique risco à operacionalidade do Sistema de Transporte, a PETROBRAS poderá limitar a vazão na EMRP, mediante prévia comunicação à CIGÁS.

11.6.2 - O pagamento da penalidade a que se refere o item 11.6 será efetuado no dia 15 (quinze) do MÊS subsequente ao fornecimento do GÁS, sendo que a PETROBRAS deverá apresentar os DOCUMENTOS DE COBRANÇA até o 5º (quinto) DIA ÚTIL, sujeitando-se o não-pagamento nesse prazo aos mesmos acréscimos e demais regras aplicáveis às faturas de fornecimento de GÁS pagas em atraso, conforme CLÁUSULA SEXTA - FATURAMENTO, FORMA E GARANTIAS DE PAGAMENTOS deste CONTRATO.

11.6.3 Quando, em determinado DIA, houver apuração de PREÇO DE GÁS DE ULTRAPASSAGEM (PGU1 e/ou PGU2), conforme item 5.2.4 e 5.2.8, não será aplicada a penalidade referente ao item 11.6.

#### **Penalidade por retirada menor que a programada**

11.7 - Caso, em determinado DIA, a CIGÁS retire uma QUANTIDADE DE GÁS inferior a 80% (oitenta por cento) da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA para o PONTO DE ENTREGA, exceto se por FORÇA MAIOR ou FALHA NO FORNECIMENTO, então pagará à PETROBRAS, a partir do segundo evento num determinado MÊS, além do faturamento normal, uma penalidade calculada pela seguinte fórmula:

$$P_{RME} = (0,8 \times QDP - QM) \times 0,2 \times PG$$

$P_{RME}$  - é o valor da penalidade por retirada menor que a programada, a ser paga pela CIGÁS à PETROBRAS;

QDP - é a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA para o PONTO DE ENTREGA;

QM - é a QUANTIDADE MEDIDA, nesse DIA, no PONTO DE ENTREGA;

PG - é o PREÇO DO GÁS, conforme CLÁUSULA QUINTA, vigente no MÊS do fornecimento.

11.7.1 - O pagamento da penalidade a que se refere o item 11.7 será efetuado no dia 15 (quinze) do MÊS subsequente ao fornecimento do GÁS, sendo que a PETROBRAS deverá apresentar os DOCUMENTOS DE COBRANÇA até o 5º (quinto) DIA ÚTIL, sujeitando-se o não-pagamento nesse prazo aos mesmos acréscimos e demais regras aplicáveis às faturas de fornecimento de GÁS pagas em atraso, conforme CLÁUSULA SEXTA -

FATURAMENTO, FORMA E GARANTIAS DE PAGAMENTOS deste CONTRATO”

(...)

#### **Compromisso de Pagamento do Transporte Firme**

(...)

11.9.1 O pagamento do valor se refere este item 11.9 será efetuado no dia 15 (quinze) do MÊS subsequente ao fornecimento do GÁS, sendo que a PETROBRAS deverá apresentar os DOCUMENTOS DE COBRANÇA até o 5º (quinto) DIA ÚTIL.

#### **Penalidade por FALHA NO FORNECIMENTO**

11.10 - Caracterizada uma FALHA NO FORNECIMENTO, a PETROBRAS deverá pagar à CIGÁS o valor obtido mediante a seguinte fórmula:

**$VM_D = 0,2 PG \times QF$ , onde:**

$VM_D$  - é o valor líquido total, em moeda corrente, a ser pago pela PETROBRAS à CIGÁS a título de penalidade por FALHA NO FORNECIMENTO;

$PG$  - é o PREÇO DO GÁS no DIA “j” de fornecimento, conforme Cláusula Quinta;

$QF$  - é a QUANTIDADE FALTANTE de GÁS no DIA “j” de fornecimento;

11.10.1 Acordam as PARTES que o ressarcimento acima estipulado representa a totalidade de indenização exigível pela CIGÁS, ainda que maior seja o montante dos eventuais prejuízos, nada mais havendo a pleitear em juízo ou fora dele.

11.10.2 - O pagamento da penalidade a que se refere o item 11.10 será efetuado no dia 15 (quinze) do MÊS subsequente ao fornecimento do GÁS, sendo que a CIGÁS deverá apresentar os DOCUMENTOS DE COBRANÇA até o 5º (quinto) DIA ÚTIL sujeitando-se o não-pagamento nesse prazo aos mesmos acréscimos e demais regras aplicáveis às faturas de fornecimento de GÁS pagas em atraso, conforme CLÁUSULA SEXTA - FATURAMENTO, FORMA E GARANTIAS DE PAGAMENTOS deste CONTRATO.”

2.11. As PARTES decidem alterar o item 14.5 do CONTRATO, nele incluindo as alíneas “c” e “d”, passando o item 14.5 a vigor com seguinte redação:

“14.5 Além das hipóteses previstas nos itens 14.3 e 14.4, o presente CONTRATO poderá ser resolvido, sem responsabilidade alguma de qualquer PARTE perante a outra PARTE:

- a) por mútuo acordo das PARTES
- b) pela impossibilidade de consumo ou de fornecimento de GÁS em razão de FORÇA MAIOR por um período continuado maior que 12 (doze) MESES, em qualquer etapa;
- c) pela impossibilidade de contratação, por parte da CIGÁS, dos serviços de entrada e saída do SISTEMA DE TRANSPORTE junto à transportadora para a movimentação do GÁS, a partir de 01/12/2030, desde que a CIGÁS tenha empreendido todas as ações

de sua responsabilidade tempestivamente;

d) pela não renovação do Contrato de Concessão da CIGÁS, cujo prazo de vigência expira em 31/01/2040, desde que a CIGÁS tenha empreendido todas as ações de sua responsabilidade tempestivamente;

e) pela não renovação de qualquer das concessões requeridas pela VENDEDORA para a Bacia Sedimentar do Solimões, desde que a VENDEDORA tenha empreendido todas as ações de sua responsabilidade tempestivamente.

2.12. As PARTES decidem alterar o item 16.1 e inserir o item 16.1.1 na CLÁUSULA DEZESSEIS – DOMICÍLIO LEGAL E NOTIFICAÇÃO do CONTRATO a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“16.1. Para todos os efeitos legais derivados do CONTRATO, as PARTES indicam, a seguir, os respectivos domicílios para onde devem ser enviados todos os AVISOS, efetuados por escrito, relacionados ao CONTRATO:

VENDEDORA – Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras

Av. Henrique Valadares, 28, 15º andar

CEP 20231-030 – Rio de Janeiro/RJ

A/C: Gerência de Relacionamento Contratual

e-mail: relacaocomercial@petrobras.com.br

COMPRADORA – Companhia de Gás do Amazonas. – CIGÁS

Av. Torquato Tapajós, 6.100 – Flores.

CEP: 69058-830 - Manaus – AM

A/C: Gerência de Contratos e Relacionamento

e-mail: gecor@cigas-am.com.br

16.1.1. Serão válidas ainda como AVISOS quaisquer trocas de informação de ordem operacional, de uma PARTE a outra, mediante telefonema gravado ou comunicação eletrônica, em qualquer caso, com confirmação de recebimento, desde que realizadas entre as centrais operacionais das PARTES, conforme a seguir:

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS

Av. Henrique Valadares, 28, 15º andar

CEP 20231-030 – Rio de Janeiro/RJ

Fone: (21) 2166-4990

Plantão Emergencial: (21) 99329-1945

E-mail:

- Programação: programacao.gas@petrobras.com.br

- Consolidação: consolidacaogas@petrobras.com.br

- Medição e Qualidade: controle.gas@petrobras.com.br
- Calibração: medqual.gas@petrobras.com.br
- Intervenção: intervencoes.gas@petrobras.com.br
- Faturamento: faturamentogas@petrobras.com.br

#### COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS -CIGÁS

Av. Torquato Tapajós, 6.100 – Flores.

CEP: 69058-830 - Manaus – AM

Fone: (92) 3303-3230 ou 98427-3151

Plantão Emergencial: 117

E-mail:

- Gerência de Operação e Manutenção: geope@cigas-am.com.br;
- Centro de Controle Operacional: cco@cigas-am.com.br;
- Gerência de Contratos e Relacionamento: gecor@cigas-am.com.br;”

16.2 Qualquer uma das PARTES terá o direito de modificar seus dados para contato, acima indicados, mediante AVISO transmitido à outra.

16.3 Qualquer AVISO será considerado válido na data de seu efetivo e comprovado recebimento, exceto nos casos em que estiver expressamente previsto no CONTRATO de forma diversa.”

2.13. As PARTES decidem inserir uma CLÁUSULA VINTE E UM – TRIBUTAÇÃO, no CONTRATO, com a seguinte redação:

“

21.1 Os tributos devidos em decorrência direta da execução deste CONTRATO, que não tiverem sido computados no preço contratual, serão incluídos no valor total da fatura por ocasião do faturamento.

21.1.1 Não se entendem como tributos devidos em decorrência direta deste CONTRATO aqueles cujo ônus econômico deve ser suportado pela VENDEDORA, tais como: IRPJ, CSLL, contribuições previdenciárias sobre folha de pagamentos, dentre outros.

21.2 Uma vez apurado que a VENDEDORA acresceu indevidamente a seu preço valores correspondentes a tributos de qualquer natureza, deixou de fazer deduções e/ou de aproveitar créditos tributários autorizados por lei, o preço será imediatamente reduzido na medida da inclusão indevida, da dedução não feita ou do crédito não aproveitado, compensando-se, quando necessário, a diferença decorrente das respectivas alterações.

21.3 Se após a data da apresentação da proposta ocorrer criação de

novos tributos, alteração de alíquotas e/ou alteração de base de cálculo, ou ainda extinção de tributos, instituição, habilitação ou enquadramento em incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou isenção ou redução de tributos, que de forma direta venham a majorar ou reduzir comprovadamente o ônus da VENDEDORA, o valor faturado passará a refletir a majoração ou redução ocorrida, compensando-se, quando necessário, a diferença decorrente das respectivas alterações.

21.3.1 A revisão prevista no item 21.3, para majorar o preço contratual, somente ocorrerá se o aumento da carga tributária não for resultante de decisão da VENDEDORA, tais como a modificação do estabelecimento, a adesão a sistema simplificado de tributação, entre outros, ou ainda de mera circunstância econômica, como o enquadramento em nível de tributação superior em função do crescimento da receita, já previsível ou existente quando da apresentação da proposta.

21.4 O valor faturado será imediatamente ajustado, com vistas a excluir o valor de tributo que se torne total ou parcialmente indevido em razão de: (i) enquadramento em hipótese legal de dispensa de contestação, oferecimento de contrarrazões e de interposição de recursos pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e de não constituição de crédito tributário pelos Auditores-Fiscais da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil; (ii) súmula vinculante do STF; (iii) decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal pela via da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) ou em processos com repercussão geral reconhecida ou (iv) suspensão de execução da norma pelo Senado Federal, compensando-se, quando necessário, a diferença decorrente das respectivas alterações.

21.5 Nas hipóteses de ajuste da operação de venda, em que tenham sido cobrados tributos a maior, a VENDEDORA se obriga a devolver os valores cobrados a maior, desde que a COMPRADORA emita a declaração e prova de não aproveitamento de crédito de tributos e outros documentos que forem exigidos pela legislação tributária de cada órgão fiscalizador. A não apresentação pela COMPRADORA de declaração de não aproveitamento de crédito de tributos ou de outro documento exigido acarretará a obrigatoriedade de a COMPRADORA liquidar o valor integral dos tributos cobrados na NF-e.

21.6 Caso a VENDEDORA seja autuada por cobrança de tributo em decorrência de informação inexata prestada pela COMPRADORA, esta deverá arcar com os prejuízos causados à VENDEDORA, mediante pagamento do valor da autuação, acrescido de todos os custos despendidos, inclusive processuais, independente da possibilidade de defesa administrativa ou judicial.

21.7 Se, durante ou após a execução do contrato, as autoridades fiscais entenderem que a VENDEDORA aplicou tributo em valor inferior ao devido, exigindo-lhe a diferença, a VENDEDORA comunicará à COMPRADORA sobre a autuação fiscal e procederá à cobrança dos tributos incidentes sobre a venda, no momento em que efetuar a quitação da autuação fiscal.

21.8 Se, durante ou após a execução do contrato, a VENDEDORA constatar que algum tributo foi aplicado em valor inferior ao devido, deverá justificar o fato à COMPRADORA, apresentando-lhe planilha com o cálculo do valor a recolher. De toda forma, na condição de contribuinte, a VENDEDORA assumirá com exclusividade os acréscimos moratórios decorrentes do recolhimento insuficiente do tributo.”

21.8.1 A partir do recebimento da comunicação prevista no item 21.8, em até 02 (dois) dias úteis, a COMPRADORA, caso não concorde com o valor apresentado pela VENDEDORA, apresentará sua memória de cálculo, justificando os pontos divergentes para apreciação da VENDEDORA, que se manifestará com a conclusão sobre a cobrança definitiva no mesmo prazo de 02 (dois) dias úteis, enviando à COMPRADORA a fatura complementar correspondente

21.8.2. Caso as PARTES não convirjam sobre os valores devidos acima, aplicar-se-á o regramento para valores controversos, conforme cláusula 6.6(b) e a CLÁUSULA 17 – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS.”

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

3.1 Ficam ratificadas, para todos os efeitos de direito, as demais Cláusulas e condições do CONTRATO ora aditado, naquilo que não contrariarem o disposto no presente ADITIVO 1.

3.2 Qualquer termo grafado em maiúsculas ou versalete que não seja definido no presente ADITIVO 1, no singular ou no plural, terá o significado que lhes é atribuído no CONTRATO.

3.3 As PARTES declaram que obtiveram todas as autorizações societárias e legais cabíveis para a celebração do presente ADITIVO 1.

3.4 Cada uma das PARTES declara, pelo presente, que:

a) este ADITIVO 1 constitui obrigações legais, válidas e vinculantes, exequíveis de acordo com seus termos e condições;

b) todas as autorizações necessárias para permitir a celebração e a execução de suas obrigações neste ADITIVO 1 foram obtidas e estão e permanecerão em pleno vigor; e

c) a assinatura, celebração e execução deste ADITIVO 1 não entram em conflito com (i) qualquer contrato que as PARTES tenham celebrado; (ii) seus documentos constitutivos; (iii) legislação em vigor; (iv) decisão judicial; ou (v) normas regulatórias.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E EFICÁCIA**



4.1 O presente ADITIVO 1 entra em vigor na data de sua assinatura e a execução das obrigações e compromissos nele disciplinados estarão eficazes a partir de 01/09/2024.

## CLÁUSULA QUINTA– CONFORMIDADE DAS PARTES

5.1 As PARTES, por seus representantes legais devidamente autorizados, expressam sua concordância com o teor integral do presente ADITIVO 1 e, por estarem assim justas e acordadas, obrigando-se a seu fiel e estrito cumprimento, em fé do que é firmado eletronicamente o presente, para um só efeito, junto com as 02 (duas) testemunhas abaixo, reconhecendo as PARTES a validade jurídica da solução disponibilizada pela ADOBE SIGN, adotada para assinatura eletrônica do ADITIVO 1, na forma do disposto no §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/01.

Rio de Janeiro e Manaus, 28 de agosto de 2024

### COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS - CIGÁS



CLOVIS CORREIA  
JUNIOR  Assinado de forma digital por  
CLOVIS CORREIA  
JUNIOR   
Dados: 2024.08.28 11:35:39 -04'00'

CLOVIS CORREIA JÚNIOR  
Diretor Técnico-Comercial

HERALDO BELEZA DA  
CAMARA  Assinado de forma digital por  
HERALDO BELEZA DA  
CAMARA   
Dados: 2024.08.28 11:53:49 -04'00'

HERALDO BELEZA DA CÂMARA  
Diretor-Presidente


### PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS



JOAO MARCELLO  
RANGEL  Assinado de forma digital por JOAO  
MARCELLO RANGEL  
BARRETO   
Dados: 2024.08.28 19:23:43 -03'00'


JOÃO MARCELLO BARRETO RANGEL  
Gerente Geral de Comercialização de Gás e Energia

### TESTEMUNHAS:

 Assinado de forma digital por  
DANILO TENORIO  
BASTOS   
Dados: 2024.08.28 15:30:09 -03'00'

Nome: Danilo Tenório Bastos  


FREDERICO PAIXAO  
ALMEIDA  Assinado de forma digital por  
FREDERICO PAIXAO  
ALMEIDA   
Dados: 2024.08.28 11:57:55 -04'00'

Nome: Frederico Paixão Almeida  


# ADITIVO Nº 1 CONTRATO MNT \_ Versão Assinatura

Relatório de auditoria final

2024-08-28


Criado em:	2024-08-28
Por:	Luis Carlos Queiroz De Oliveira [redacted]
Status:	Assinado
[redacted]	

## Histórico de "ADITIVO Nº 1 CONTRATO MNT \_ Versão Assinatura"

- Documento criado por Luis Carlos Queiroz De Oliveira [redacted]  
2024-08-28 - 14:20:41 GMT [redacted]
- Documento enviado por email para [redacted] para assinatura  
2024-08-28 - 14:31:03 GMT
- Documento enviado por email para [redacted] para assinatura  
2024-08-28 - 14:31:04 GMT
- Documento enviado por email para Joao Marcello Rangel Barreto [redacted] para assinatura  
2024-08-28 - 14:31:04 GMT
- Documento enviado por email para Danilo Bastos [redacted] para assinatura  
2024-08-28 - 14:31:04 GMT
- Documento enviado por email para FREDERIO PAIXAO ALMEIDA [redacted] para assinatura  
2024-08-28 - 14:31:05 GMT
- Email visualizado por FREDERIO PAIXAO ALMEIDA [redacted]  
2024-08-28 - 14:36:04 GMT- Endereço IP: 167.249.180.180
- Documento compartilhado com Tullio Marinho [redacted] por Luis Carlos Queiroz De Oliveira [redacted]  
2024-08-28 - 14:56:19 GMT- Endereço IP: 189.122.229.210




[Redacted]

 Documento assinado digitalmente por CLOVIS CORREIA JUNIOR  
2024-08-28 - 15:35:39 GMT

[Redacted]


[Redacted]

 Documento assinado digitalmente por HERALDO BELEZA DA CAMARA  
2024-08-28 - 15:53:49 GMT

[Redacted]


[Redacted]

[Redacted]

 Documento assinado digitalmente por FREDERICO PAIXAO ALMEIDA  
2024-08-28 - 15:57:55 GMT

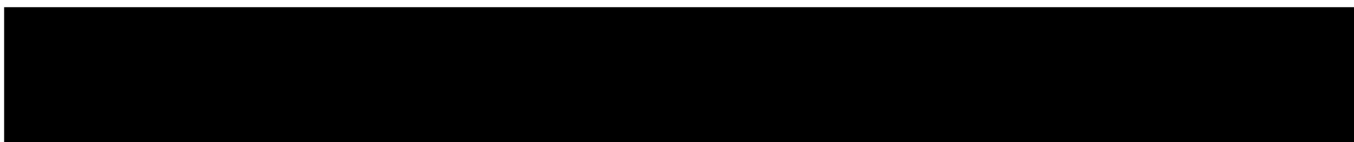
[Redacted]

[Redacted]

 Documento assinado digitalmente por DANILO TENORIO BASTOS  
2024-08-28 - 18:30:09 GMT

[Redacted]

[Redacted]



Documento assinado digitalmente por JOAO MARCELLO RANGEL BARRETO



2024-08-28 - 22:23:43 GMT



Contrato finalizado.

2024-08-28 - 22:23:43 GMT